PROVIMENTO Nº 221

O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, na conformidade do que dispõe o art. 56 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, e tendo em vista a decisão constante do Processo nº 1.165/69-DF, proferida na sessão de 9 de dezembro de 1981, resolve

D E S I G N A R, para o exercício das funções de Diretor do Foro e Corregedor Permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às Varas, no período de 7 de janeiro de 1982 a 6 de janeiro de 1983, os seguintes Juízes Federais:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Dr. JOSÉ COSTA FILHO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dr. CLÉLIO ERTHAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dr. HERALDO DA COSTA VAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

Dr. JOSÉ DE JESUS FILHO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Dr. JOSÉ ANSELMO DE FIGUEIREDO SANTIAGO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dr. JOSÉ KALLÁS

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

Dr. MILTON LUIZ PEREIRA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Dr. JONAS NUNES DE FARIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Dr. ELI GORAIEB

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Dr. ADAUCTO JOSÉ DE MELLO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
Dr. FERNANDO DA COSTA TOURINHO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
Dr. ORLANDO DE SOUZA REBOUÇAS

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE ESPÍRITO SANTO
Dr. OSWALDO HORTA AGUIRRE

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE
Dr. GERALDO BARRETO SOBRAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Dr. JOSÉ AUGUSTO DELGADO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO
Dr. ALBERTO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS
Dr. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA ROCHA

CUMpra-SE.

PUBLIQUE-SE.

REGISTRE-SE.

Brasília, 9 de dezembro de 1981

MINISTRO JARBAS NOBRE
PRESIDENTE

Publicado no Diário da Justiça
em 16 de dezembro de 1981

PROVIMENTO Nº 222, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1981

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso das suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de serem adotadas providências complementares na Justiça Federal para cumprimento do Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, publicado no Diário Oficial de 17 subsequente, que determinou o cancelamento dos débitos da Fazenda Nacional de qualquer natureza de valor originário, igual ou inferior a Cr\$ 12.000,00 (DOZE MIL CRUZEIROS), inscritos como DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO até 18 de novembro de 1980;

CONSIDERANDO que, à semelhança dos resultados dos Decretos-leis nºs 1.687, de 19.7.79, 1.694, de 06.09.79, 1.699, de 16.10.79, 1.736, de 20 de dezembro de 1979 e 1.889, de 12 de novembro de 1981, quanto ao cancelamento de débitos da União, a medida legislativa acima mencionada é por igual de grande alcance para descongestionar a Justiça Federal de Primeira Instância;

CONSIDERANDO, outrossim, a necessidade de proporcionar às partes a comodidade para imediata obtenção de Certidões negativas correspondentes aos débitos cancelados,

R E S O L V E

I - Recomendar aos Juízes Federais:

1. Seja concedida prioridade na extinção dos processos por cancelamento de débitos de que trata o Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, publicado no Diário Oficial de 17 do corrente mês e conseqüente baixa nos registros de distribuição.

2. Para efeito de ciência das decisões de cancelamento, ao representante da UNIÃO, sejam emitidas por Varas, relações dos processos abrangidos pelo mencionado diploma, delas constando ainda o nome do devedor, o valor originário do débito e a identificação de processo administrativo de origem ou Certidão da dívida.